

# MULHERES - MÃES, DIREITOS E PANDEMIA: ÁCIDAS OU SOBRECARRREGADAS?

*Lisianne Lima de Santana<sup>1</sup>*

## **Resumo**

Neste artigo apresento uma reflexão sobre as maternidades, direitos num contexto de pandemia causada pela Covid-19 no Brasil, especialmente, a maternidade solo. Neste trabalho, apresento a escrevivência de uma mulher-mãe, solo, preta, voluntária, mestranda e servidora pública do Poder Judiciário do Estado de Goiás. Com vivências e desafios cotidianos que se assemelham às experiências das mulheres-mães nesta sociedade racista, machista e patriarcal, a partir da interseccionalidade entre raça, gênero e classe. Assim como, discorrer sobre as garantias legais relacionadas às mulheres-mães. E tecer as vozes por meio da escrita a partir da escrevivência, definida pela escritora Conceição Evaristo: “em que o agente, o sujeito da ação, assume o seu fazer, o seu pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por uma coletividade”.

**Palavras chaves:** maternidades, escrevivências e pandemia.

## **Abstrat**

In this article I present a reflection on maternity, law and the pandemic caused by Covid-19 in Brazil, especially solo maternity. In this work, I present the writing experience of a woman-mother, solo, black, volunteer, master's student and public servant of the Judiciary Power of the State of Goiás. With daily experiences and challenges that resemble the experiences of women-mothers in this racist, sexist and patriarchal, from the intersectionality between race, gender and class. Also think about the legal guarantees related

<sup>1</sup> Lisianne Lima de Santana - Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS-UFG). Assistente Social. Especializada em Trabalho Social com ênfase em famílias e comunidades contemporâneas. Voluntária no Programa de Gerontologia Social- Universidade da Terceira Idade na Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Analista Judiciário- Assistente Social no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Integrante do Grupo de Estudos Perspectivas Kilombistas, Coletivo Rosa Parks - UFG e Grupo de Estudos Mãe Também Estuda. Email: llsantana@tjgo.jus.br

to women-mothers. Weaving voices through writing from the writing defined by the writer Conceição Evaristo, “in which the agent, the subject of the action, assumes his doing, his thinking, his reflection, not only as an isolated exercise, but crossed for a collectivity”.

**Keywords:** maternity, writing and pandemic

## **Introdução**

O objetivo deste artigo é refletir sobre maternidades, direitos das mulheres-mães e o contexto pandêmico. Nesta sociedade patriarcal e machista que atribui às mulheres responsabilidades domésticas e a educação das crias.

Optar pelo termo “mulheres-mães” é sinalizar que somos diversas e há experiências diferentes de maternidades. É entender que consome muito tempo, mas não pode nos privar dos planos pessoais. Falar sobre maternidade é um ato político, nas palavras de Camila Zanella ( p. 41, 2018), “lutaremos contra os medos e contra o patriarcado que nos sobrecarrega diariamente. Lutaremos para dar conta das demandas dos filhos, da casa, da sociedade. Precisamos lutar também para ter vida pessoal e profissional.”

Nos excluem quando não há espaços reservados para as crianças nas universidades, nas instituições, empresas, hospitais, ausência de políticas públicas, de escolas, creches em tempo integral. Além disso, para as mulheres-mães, como eu, que precisam se adaptar ao trabalho em casa com a cria interrompendo diversas vezes e pedindo atenção, é preciso gerir o tempo, concentrar e produzir mesmo exausta e sobrecarregada. Recordo que com as escolas fechadas e sem rede de apoio, precisei realizar atendimento médico e levar minha filha, pensei em desistir. Mas precisava cuidar da minha saúde. No local, não tinha um espaço para acolher crianças e foram às recepcionistas solidárias a situação que cuidaram da minha filha durante o atendimento. Importante frisar que é uma unidade de saúde que atende muitas mulheres com filhos/as, mas não foi “pensado” num espaço de acolhimento para nós. Essas experiências revelam o quanto as mães são invisíveis em diversos espaços, por isso a importância de romper o silêncio.

Assim, ao discutirmos sobre a temática, é importante considerar a interseccionalidade, segundo Kimberle Crenshaw (2002, p.10), sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos, em outras palavras, as mulheres sofrem opressões por gênero, classe e raça. Conforme explica Grada Kilomba, “no racismo, a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão social”, ou seja, o racismo precisa ser considerado sob a ótica estrutural.

E no contexto pandêmico no Brasil? Trabalhar, estudar, educar, administrar as finanças, anseios pessoais, medos, atender as inquietações e proteger a cria, sofrer pelas mortes e as inseguranças perturbaram as ideias. Exigiu reorganizar a vida e revelou que estar em casa não significa mais produção, mais tempo com a família ou comodidade. Ficar em casa sem rede de apoio expressou o quanto precisamos discutir sobre maternidades, desemprego, atividades laborais, desafios das pesquisadoras mães e a necessidade de reinventar-se em meio ao caos.

Um levantamento do projeto brasileiro Parent in Science<sup>2</sup> tenta calcular o dano da pandemia e da desigualdade de condições para docentes, pesquisadores e alunos de pós-doutorado, doutorado e mestrado. Apontou que 40% das mulheres sem filhos não concluíram seus artigos, contra 20% dos homens e 52% das mulheres com filhos não concluíram seus artigos, contra 38% de homens.

O Diagnóstico sobre a Saúde Mental dos Magistrados e Servidores no contexto da pandemia pelo vírus SARS-CoV-2, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2020, com relação à saúde mental, os resultados evidenciaram um cenário preocupante, no qual 47,8% dos respondentes declararam se sentir mais cansados do que antes da quarentena; 42,3% tiveram piora no humor; 48% tiveram alteração na rotina do sono e, dentre os sentimentos mais intensos, medo é o de maior relevância e atinge 50% dos participantes. Outros sentimentos frequentes, comuns em mais de 30% dos participantes, são: desânimo (36%), gratidão (33%), vontade de ajudar (32%) e esperança (30%). Estes dados indicam que as dificuldades e sofrimentos para estudar, trabalhar e cuidar da saúde mental e física são coletivas.

Compartilho minhas escrevivências inspiradas em mulheres que romperam o silêncio, uma delas, é Carolina de Jesus, mulher preta, mãe solo, pouca escolaridade (cursou até o segundo ano do fundamental) e favelada. Derrubou as barreiras possíveis ao encontrar o caminho da escrita em seu diário, tornou-se através das suas próprias vivências, escritora brasileira que viu seu primeiro livro se tornar best-seller, traduzido para treze idiomas e

<sup>2</sup> O projeto de extensão da UFRGS "*Parent in Science*" teve uma carta publicada na Revista Science [15 de maio de 2020, Vol 368, Issue 6492] intitulada "*Impact of Covid-19 on academic mothers*" [Impacto da Covid-19 nas mães acadêmicas]. O texto de Staniscuaski, Fernanda et.al (2020) *Impact of Covid-19 academic mothers* **Science**: Vol. 368, Issue 6492, p. 724, 15 de maio de 2020. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/368/6492/724.1>. Acesso: 16 fev 2022.

distribuído em mais de quarenta países.

### **Temos direitos!**

Os direitos sociais estão previstos no artigo 6º da Constituição Federal. A inclusão desses direitos no ordenamento jurídico tem como finalidade minimizar as diferenças sociais. Assim, esses direitos se aplicam a qualquer indivíduo e garantem saúde, educação, moradia, trabalho, transporte, lazer, segurança e previdência social, além da proteção à maternidade, e à infância, a assistência aos desamparados.

O impacto da pandemia que atingiu o mundo causada pela crise generalizada da saúde e economia afetou profundamente as mulheres-mães, especialmente, as solas, não podiam contar com as creches/escolas ou com outra rede de apoio para auxiliar com os excessos de tarefas rotineiras, desamparadas, mas ainda era necessário cumprir as funções e prestar assistência integral a cria.

No Brasil, o oitavo país mais desigual do mundo, os impactos foram ainda profundos: quase 8,5 milhões de mulheres saíram do mercado de trabalho e sua participação caiu a 45,8%, o nível mais baixo em três décadas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Cito ainda as mulheres-mães que mesmo estando vulnerável à covid-19, não tem nem a possibilidade de estar doente nesse momento, pois precisam suprir as necessidades da família e lutam diariamente para não faltar o básico.

Além da sobrecarga e das dificuldades financeiras, um dos impactos da pandemia é na saúde mental das mães solo. Menos falado, mas muito presente, os efeitos psicológicos são importantes. A Organização das Nações Unidas (ONU) destacou a necessidade de aumentar urgentemente o investimento em serviços de saúde mental nesse período e pontua que “quem correm um risco particular são as mulheres, particularmente aquelas que estão fazendo malabarismos com a educação em casa e trabalhando em tarefas domésticas.”

Nós mulheres-mães, existimos, é preciso que as discussões sobre maternidades sejam ampliadas a fim de viabilizar inserção das mulheres em outros lugares além do doméstico, bem como investir nas reflexões a fim de possibilitar que a sociedade visualize as múltiplas funções, se movimente para lutar e promover condições de trabalho mais justa e saudável, elaborações de leis que amparem as mulheres-mães, implementação de políticas públicas, entre outras ações que possibilite ter uma vida minimamente digna, ainda

que em sobrecarga.

No Brasil, alguns direitos já são previstos em lei para as mulheres-mães que trabalham, incluindo a licença maternidade. Precisamos também de horários flexíveis, que sejam de acordo com os horários de entrada e saída das crianças na escola; discussões, rodas de conversa e formações nas instituições sobre as maternidades, em especial, sobre as mães solo. Buscar soluções através de ações efetivas junto às mães solas, conhecendo suas vulnerabilidades e necessidades.

Existe uma decisão inédita proferida pelo desembargador Carlos Pires Brandão, do TRF1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região) no caso de uma mãe solo que solicitou judicialmente transferência para a Universidade Federal de Goiás a fim de ter rede de apoio para cuidar da sua filha e concluir a sua graduação. Afirma que: "não se pode impor à mulher o sacrifício às suas aspirações profissionais sem que seja proporcionada alguma forma de equalização de oportunidades para que possa conciliar os interesses de sua esfera pessoal com a possibilidade de exercitar seu direito à busca do conhecimento e de boa colocação profissional". Precisamos que decisões semelhantes sejam frequentes na nossa sociedade.

Para tanto, é preciso falar, mas quando esse grito de providências surge de uma mulher-mãe preta ela pode ser rotulada como ácida/agressiva, afinal, a sociedade brasileira é racista, julga nossa "forma de comunicar", desvalorizam e esvaziam nossas narrativas. Entender que não se relaciona com a "forma de falar", e sim, quem fala, ter coragem para romper o silêncio é compreender que a fala da mulher preta ainda é associada ao estereótipo da "mulher negra raivosa", uma figura fantasiosa que reitera a violência provocada pelo racismo, pois simbolicamente abafa as vozes dessas mulheres provocando silenciamento, como explica Grada Kilomba quando aborda a máscara de ferro utilizada no período colonial e colocada na boca dessas mulheres.

Ainda assim nos levantamos, falamos e escrevemos, como explica a filósofa Ângela Davis "quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela", isso é desconfortável para quem está no espaço privilegiado. E inspirada por Lélia de Almeida Gonzalez, "negra tem que ter nome e sobrenome", me apresento: sou Lisianne Lima de Santana, preta, mãe solo, nordestina, (ex) favelada, servidora pública, voluntária e pesquisadora.

Ocupamos diversos espaços e precisamos falar sobre maternidades a fim de desromantizar, não sou guerreira! Resistimos desde o período da escravidão no Brasil. Segundo a escritora Maria Helena Machado, "um relato comovente, uma mãe escravizada, enquanto mantinha as mãos ocupadas com o trabalho, vê, apenas pelo canto dos olhos,

passar o corpo de seu filho morto nos primeiros meses de vida”. Podemos imaginar a dor dessa mãe? Ela não teve liberação nem para chorar e sepultar seu filho.

O tempo passou, mas ainda somos invisíveis, nossas dores são desconsideradas, a sobrecarga e exaustão são minimizadas, continuamos chorando e sendo silenciadas, seja por não poder chorar (mito da super mãe), pela falta de rede de apoio, gestão pública que insira nas pautas as mulheres-mães, em especial, as solas, pelas múltiplas funções, desemprego, ausência de acolhimento e escassez de políticas públicas. Segundo Grada Kilomba (2019, p.180), o ato de reparação do mal causado pelo racismo através da mudança de estruturas, agendas, espaços, posições, dinâmicas, relações subjetivas, vocabulário, ou seja, através do abandono de privilégios.

Pensar sobre maternidades é colaborar para uma sociedade mais justa e humana é “realizar justiça, assegurando à sociedade um serviço acessível, ágil, eficaz e efetivo, que resgare a todos o direito, a dignidade e a cidadania, conforme missão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. E as iniciativas realizadas pelo Poder Judiciário, como a Lei nº 19.256/2016, que instituiu o pagamento do auxílio-creche para servidores efetivos do Poder Judiciário estadual, destinado a profissionais que tenham filhos/as ou dependentes com idade entre seis meses e cinco anos ou portadores de necessidades especiais. A publicação da resolução 175/2021, em meio a pandemia, que versa sobre a prioridade ao teletrabalho para as mulheres-mães com filhos/as até 12 anos, colaboram para as transformações sociais que almejamos e esperamos também mais estratégias e ações que contemple as mulheres-mães, tal como, a publicação de trabalhos científicos escritos exclusivamente por mulheres, promovido pela Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (Ejug).

Pensar em ações contínuas e espaços de acolhimento para as mulheres-mães é urgente, pois produzir e existir entre: *“mãe, mãe, tô com fome! Assiste comigo? Quero passear!* É exaustivo. E as madrugadas tornam-se aliadas, mesmo com o corpo e os pensamentos já cansados precisamos continuar por nós e por nossas crias (pode até ter soado romântico, na real, é sobrecarga), não sobra tempo nem para si, as mães no geral abdicam de muitas coisas para que seu filho/a esteja bem, esteja confortável.

Temos direitos! Lutaremos para alçar condições dignas para educarmos nossas

crias, por educação, saúde mental e física.

### **Mãe solteira? Não, mãe solo.**

As maternidades são plurais e apresentam desafios. Precisamos lembrar que com a chegada da cria, nasce a mãe. Muitas vezes, ainda na maternidade ou nos primeiros dias em casa, as visitas e presentes são destinados ao bebê. E quem se lembra da mãe? Quem leva o presente para ela? Quantas vezes encontramos uma mulher-mãe e a primeira pergunta é sobre a cria? Estarmos atentos para estas questões é importante, pois existe uma mulher como anseios, sentimentos, desejo de conversar sobre maternidades e demais questões. Nós existimos! Estudamos, namoramos, trabalhamos, cansamos, adoecemos e também somos mães.

Mãe solo é termo em substituição à “mãe solteira”, uma vez que maternidade não é sobre estado civil. Utilizar mãe solteira é também colaborar para a manutenção do machismo e patriarcado na nossa sociedade. É preciso lembrar que até a Constituição Federal de 1988, as deliberações da relação conjugal eram exercidas apenas pelo homem; a mulher era só uma colaboradora do marido e estas ideias ainda estão presentes no nosso cotidiano, ainda ouvimos: mãe solteira, mulher é para pilotar fogão, filhos/as são da mãe, entre outras.

A maternidade solo ocorre quando a mãe cria, educa, ama, é a principal responsável pela prole. Dessa forma, há pluralidade de mães, mães solo casadas, as viúvas, as mães indígenas, as que optaram pela maternidade independente. Existem mães que compartilham as demandas das crias com companheiros, companheiras e/ou família extensa. E as solas e divorciadas, como eu. Tornando-se encarregada pelo acompanhamento escolar, idas às consultas médicas, alimentação, orientações e as múltiplas demandas diárias. E ainda perceber que o pai por ter convivência com a prole (no tempo dele) é considerado “paizão” numa sociedade que atribui à mulher a responsabilidade de cuidar. É importante também substituir o termo “visita paterna” por convivência, pois ser pai de “final de semana” ou “quando dá”, sem participação no processo de desenvolvimento do/a filho/a precisa ser transformado.

Somos mais de 11 milhões de mães solo no Brasil. E qual é a minha história? Era 2015, após ter tomado posse no cargo público, passei a morar com duas amigas em Goiás.

No primeiro mês, senti enjoos e acreditava que era devido ao consumo de açafão na culinária goiana, porém para surpresa de todos, o “açafão” teria nome e sobrenome, eu estava grávida! E agora? Longe da família, do genitor da cria, das amigas, recém chegada no trabalho, sem conhecer a cidade, e a vontade de ser mãe sendo concretizado num contexto atípico do planejado. As minhas ideias românticas e desconectadas com a maternidade real e plural começaram a se modificar. Foi no desamparo que notei o quanto a maternidade é desafiadora e necessita ser coletiva.

Ao gestar notei que romantizar a maternidade é um dos instrumento para incutir nas mulheres este desejo de engravidar e cuidar, pois nossa sociedade dissemina que o cuidado é responsabilidade das mulheres. Na gestação, além de alegrias, experienciei interações, medos, frustrações e angústias, não foi nada romântico!

Após o divórcio, inicialmente, pensamos nas dificuldades e que não vamos conseguir educar, sentimos culpa, somos julgadas, as multifunções são diárias, às vezes, esquecemos até que existimos.

Precisamos também enfrentar a nossa sociedade que é tão violenta com as mulheres-mães que educam sua prole e são solteiras, sendo indicativo de fracasso e incompletude. Lembra da expressão “mãe solteira”? Pois bem, o que torna a mulher em mãe é seu vínculo com o filho ou filha. Conforme OYĚWÚMÍ:

A partir de uma perspectiva africana e como uma questão de fato, mães por definição não podem ser solteiras. Na maioria das culturas, a maternidade é definida como uma relação de descendência, não como uma relação sexual com um homem. Dentro da literatura feminista, a maternidade, que em muitas outras sociedades constitui a identidade dominante das mulheres, está subsumida a ser esposa. (Oyèrónké, 2004)

Os julgamentos constantes a falta de locais adequados para garantir o acesso das mães com sua prole também demonstram a exclusão. É importante pensar nas opressões sofridas pelas mulheres de maneira interseccional.

Para Lélia Gonzalez (2020, p.192), ser mulher negra (ou negra e mulher?) implica ser objeto de um duplo efeito de desigualdade muito bem articulado e manipulado pelo sistema que aí está. Rotulando as mulheres como fortes para disfarçar a opressão vivenciada. E ao se tratar da mulher preta essa “força” é utilizada como instrumento de opressão, pois as



violências, torturas e estupros ocorridos desde a invasão do Brasil, permanecem! E o mito que aguentamos mais que as outras é opressão.

Para a intelectual Vilma Piedade, “a dororidade fala do silenciamento, da nossa história negada, do racismo. Sim, a dororidade atinge todas as mulheres, porém, para além do machismo, temos ainda o racismo. Racismo mata. Faz mal à saúde física e mental”.

### **Pandemia: e agora?**

O mundo parou! O desespero e a insegurança invadiram nossos dias. Eu, mãe solo, sem família extensa em Goiás, pensava repetidas vezes: a escola fechou? Quem cuidará da minha filha no meu horário de trabalho presencial? trabalhar em casa? Como? Agora minha produção é individual, sem interações com os colegas de trabalho? As aulas são virtuais? Como assim? E as mortes? A vacina?

Passei alguns dias sem conseguir trabalhar porque as preocupações me consumiam, os pensamentos voltavam: se eu adoecer quem cuidará da minha filha? E tentava o autocontrole: Respira, preta! Respira! Reorganizei a rotina, definir horário de estudo com minha filha que estava no início do processo de alfabetização e necessitava dispensar mais tempo a ela, inventava brincadeiras, busquei determinar um período para os atendimentos processuais remotos, assistia as aulas virtuais do mestrado em Antropologia Social com minha filha no colo e seguimos tentando sobreviver. O resultado do trabalho em casa é expressado nas falas e gestos da minha menina (5 anos), ela diz que será assistente social e representa como é meu trabalho, digitando e falando ao telefone. Como também fala sobre meus professores, pois ela participava das aulas remotas no colo da mamãe.

As mudanças motivadas pelo contexto pandêmico me conduziram à introspecção, lembrei que aos 12 anos comecei a trabalhar, ensinava outra criança de três anos de idade, acompanhava e buscava à escola para ter no final do mês o dinheiro do gás de cozinha, por exemplo. Aprendi a ser responsável e zelar ao máximo pelo serviço prestado, pois o dinheiro recebido era responsável por ajudar no sustento da minha família. Minhas lembranças se assemelham a de outras famílias que também sofrem com a desigualdade social no Brasil.

Ouvia: Estude! Estude! lembro de caminhar no horário de meio dia para ir à escola. Confesso que o retorno para casa era mais tranquilo, pois o sol já tinha “ido embora” (como eu falava na época). O desgaste era tanto que no primeiro semestre fui transferida de escola

para outra próxima a minha casa. A educação crítica foi um caminho para enfrentar o sistema excludente. E foi uma mulher sem formação acadêmica minha maior incentivadora a ingressar no ensino superior, jamais esqueci o sorriso e a satisfação de Elizabete Bispo Lima ao me acompanhar no primeiro dia de aula na Universidade. Quem é ela? A minha mãe e ela tem nome e sobrenome.

Durante o curso de Serviço Social, na condição de estudante-trabalhadora, buscava compreender as expressões da questão social. Para Yamamoto (2003, p. 27), a questão social é o:

[...] conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (p. 27)

Enfrentei diversas expressões da questão social, residimos num cômodo com banheiro situado no fundo da casa de uma tia, pois foi o local cedido para abrigar minha irmã, eu e minha mãe, vítima de violência doméstica e desempregada. A escassez de recursos materiais era constante, mas o amor era gigantesco. Essa vivência é ainda repetida em diversos lares brasileiros. E como diz a bell hooks: o amor cura. Diante de tantas desigualdades e opressões, foi na educação que encontrei meu caminho para prosseguir a luta.

Coletivamente, em setembro/2020, eu e outra mãe conversamos sobre os desafios da maternidade e os estudos, por exemplo, como estudar com a criança gritando e pedindo atenção? É possível elaborar textos e pausar para trocar a fralda do bebê? Que evento tem espaço infantil para que as mulheres-mães possam participar com seu filho (a)? Então, surgiu a ideia de resistir à exclusão imposta por nossa sociedade que dificulta a presença de mulheres-mães nos espaços educativos devido à falta de flexibilidade e acolhimento.

Assim, em meio a pandemia causada pela Covid-19, surgiu o grupo de estudo virtual Mãe Também Estuda, formado por seis participantes/ assistentes sociais que compartilham de necessidades semelhantes, ou seja, estudar, trocar ideias e ser mãe. Como afirma Chimamanda Adichie (p. 14, 2019) “Seja uma pessoa completa. A maternidade é uma dádiva maravilhosa, mas não é definida apenas pela maternidade”.

Com reuniões virtuais quinzenais, leituras de livros por capítulos, no horário das 21h, realizamos a leitura de três livros: “Serviço Social na Justiça de Família”. Depois o segundo, “A Dimensão técnico-operativa no Serviço Social: Desafios Contemporâneos, escrito por e

o terceiro Código de Ética Código de Ética do/a Assistente Social: Comentado.

Em 2021, de maneira remota e voluntária, ministrei com outras quatro mulheres, a disciplina Ética e Cidadania na Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI) da PUC Goiás, para os estudantes 60+ (idoso/a com 60 anos ou mais). Foi desafiador conseguir concluir o semestre. Por outro lado, foi o espaço de compartilhar, receber conhecimentos e afetos. Tenho essa responsabilidade pessoal de socializar os conhecimentos que adquiro com o objetivo de colaborar para uma sociedade mais justa.

Nos primeiros meses de 2022, nosso grupo Mãe Também Estuda, realizou a preparação de cinco mães para realizar processo seletivo de mestrado em Serviço Social numa Universidade Estadual. Recebemos apoio emocional, financeiro (as inscrições foram pagas com doações) e acadêmico de diversas professoras/es e mestrandas que acreditam no poder transformador da educação.

Recordo o nosso esforço para reunir virtualmente para leitura do edital, arrecadar doações, pausar para dar a refeição da criança, receber orientações do professor sobre pós-graduação, pausar para acalmar o choro das crias. Realizar coletivamente a inscrição durante a madrugada (era tempo que tínhamos) foi uma superação coletiva. Nessa trajetória para a inscrição, duas mães desistiram, uma pela sobrecarga da maternidade e a outra enfrenta o luto pela morte da mãe.

Assim, conseguimos inscrever três mães no processo seletivo para mestrado. O resultado foi 18 de fevereiro de 2022 uma das mulheres-mães foi aprovada na primeira etapa! Já iniciamos os estudos para a próxima etapa, é possível o ingresso de uma mulher-mãe preta no mestrado porque não estamos sozinhas. E ocupar os espaços acadêmicos é provocar mudanças, é sem dúvidas, romper com o silêncio. Vamos enegrecer os espaços, vamos garantir às mulheres-mães existirem, Conceição entende que:

Quando mulheres do povo como Carolina, como minha mãe, como eu também, nos dispomos a escrever, eu acho que a gente está rompendo com o lugar que normalmente nos é reservado. A mulher negra, ela pode cantar, ela pode dançar, ela pode cozinhar, ela pode se prostituir, mas escrever, não, escrever é alguma coisa... é um exercício que a elite julga que só ela tem esse direito. Escrever e ser reconhecido como um escritor ou como escritora, aí é um privilégio da elite. (Evaristo, 2010)

Assim como, escrever é romper com o silêncio, ser aprovada no concurso público no Poder Judiciário, cursar mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás é resultado do investimento afetivo e financeiro de muitas mulheres.

No contexto da pandemia causada pela Covid-19, ter um emprego é uma “vantagem”,

afinal a renda estava garantida num contexto que ampliou o desemprego e as vulnerabilidades sociais. Por outro lado, a falta de rede de apoio, afetos, cuidados em tempo integral dedicados à criança, criar brincadeiras, transformar a casa num parque de diversão em meio a tanta dor e mortes tem sido cansativo. Respirar, respirar e respirar.

Nós, mulheres-mães, precisamos ser notadas e não julgadas. Ácida é a maneira que o sistema capitalista e racista nos oprime e minimiza nossas dores. Que o princípio da equidade que exige o reconhecimento das desigualdades existentes entre os indivíduos para assegurar o tratamento desigual aos desiguais na busca da igualdade seja garantido às mulheres-mães, com filhos/as até os 12 anos, por meio de prioridade para teletrabalho home office, prazos ampliados para realização de atividades acadêmicas, metas reduzidas, criação de espaços para acolhimentos infantil nas instituições públicas e privadas, assistência financeira para as mães solas em vulnerabilidade social.

O silêncio ainda impera! Nesta realidade que as “mães-solos” não encontram apoio e nem acolhimento da sociedade, que retribui esse esforço com preconceitos e prejulgamentos. O que faremos?

Romper com o silêncio sobre essa temática que se vê todos os dias e não se fala é a construção dessas histórias. Inspirada na escritora Paulina Chiziane “Com minhas mãos, afasto pouco a pouco os obstáculos que me cercam e construo novos caminhos na esperança de que, num futuro não muito distante, as mulheres conquistarão mais compreensão e liberdade para a realização dos seus desejos.

## **Considerações finais**

A maternidade não pode definir a mulher, as crias não são título exclusivo da mãe, a responsabilidade precisa ser coletiva. Somos mulheres, somos mães e somos resistência! Nós trabalhamos, estudamos, passeamos, namoramos, nós existimos!

Que romper o silêncio? Pergunte à mulher-mãe: Como está? Como posso colaborar? Quer conversar? Respeite sua decisão. Se dialogarem, opte por falar sobre assuntos diversos, em seguida, comente as questões relacionadas à maternidade, se desejar. Após o período de isolamento social devido a pandemia causada pelo covid-19, ofereça um “vale-mãe”, ou seja, ficar com a criança ou adolescente para a mulher-mãe descansar ou cuidar de si. Particularmente, eu amo meus vales-mães, outras vezes, sinto culpa por estar longe da

cria (reflito sobre as opressões sociais impostas a nós, respiro, e curto meu dia mais tranquilo).

Demonstre interesse pela vida da mulher. Essas atitudes podem colaborar para a mulher resgatar a identidade que muitas vezes fica perdida ao se tornar mãe. Faça propostas no seu ambiente de trabalho para reflexões sobre maternidades. Sugira nos eventos criação de espaços para acolher as crianças. Lute por políticas públicas, vagas em creches/escolas. Rompa o silêncio!

Ser mãe solo é ter múltiplas funções, pode ter advindo da escolha da mulher ou imposta pelo abandono paterno, a considerar que milhões de genitores não assumem suas responsabilidades. A maternidade solo não precisa ser só, podemos colaborar para a saúde mental das mães e promover melhores condições às crianças, promovendo estratégias para mudanças sociais, flexibilidade no trabalho, criação de ambientes acolhedores para as mulheres-mães e suas crias, entre outras ações que colaborem para saúde mental e física das mulheres-mães, em especial, as mães solo.

## Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.
- CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Revista Estudos Feministas, nº 1, 2002.
- CHIZIANE, Paulina. **Eu, mulher... por uma visão do mundo**. 3.ed. ampliada. Belo Horizonte. Nadyala, 2018.
- DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016
- EVARISTO, Conceição. **Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória**. Releitura, Belo Horizonte, Fundação Municipal de Cultura, n. 23, nov. 2008.
- KILOMBA, GRADA. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro. Cobogó, 2019
- GOUVEIA Thaiz Leão, **O exército de uma mulher só**, Caxias do Sul, RS: Belas Letras, 2009.
- HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos feministas**. Nº 2/95. Vol.3. 1995.
- IAMAMOTO, Marilda O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação

profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas.**CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004.

VILARINHO, Tais, **Mãe fora da caixa.** São Paulo: Buzz Editora,2017.